

ATA – Ecologia e Justiça Climática - Fortalecimento da Política Nacional de Meio Ambiente e políticas de enfrentamento às mudanças climáticas.

Data: 03/07/2025

Local: Sala de reunião da Liderança do Psol.

Participantes

Parlamentares:

- **Deputada Taliria Petrone**
- **Deputado Chico Alencar**
- **Deputado Tarcísio Motta**

Entidades e representantes da sociedade civil:

1. **Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração – Raiara Pires**
2. **Observatório do Clima – Adriana Pinheiro**
3. **Painel do Mar – Letícia Camargo**
4. **FASE – Solidariedade e Educação – Julianna Malerba**
5. **GT Clima – Ana Terra e Sarah Darcie**
6. **SOS Mata Atlântica – Malu Ribeiro**
7. **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) – Lucas Marubo**
8. **Instituto Arayara – Renata Prata**
9. **Avaaz – Mauricio Guetta**
10. **INESC – Rárisson Sampaio**
11. **MTST – Rud**

I. Abertura da Reunião

A deputada **Talíria Petrone** iniciou destacando o contexto político de retrocessos ambientais no Congresso, ressaltando a importância de mobilização para enfrentar o que denominou como “o maior retrocesso ambiental da história do Brasil”. Reforçou a urgência de articulação política para barrar proposições como o PL do Licenciamento Ambiental e o PL da Devastação. Mencionou a importância da Comissão Geral da COP 30, agendada para o dia **16 de julho, às 11h.**

II. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração - Raiara Pires.

Raiara Pires apresentou a atuação do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, uma rede que reúne mais de 100 organizações populares que pautam a mineração de forma crítica. Alertou para a narrativa presente nas conferências climáticas internacionais, como a COP, que posiciona a mineração como solução para a transição energética, o que considera um mito perigoso. Defendeu a necessidade de desconstruir esse discurso e construir uma agenda positiva que enfrente os reais impactos da mineração. Chamou atenção para o aumento de barragens e a pegada de carbono do setor, frequentemente subnotificada. Criticou o PL 957/2024, que propõe fiscalização remota e desregulamenta a participação social, flexibilizando o Código de Mineração herdado da ditadura militar. Informou que o Comitê publica anualmente um relatório que oferece um raio-X dos principais minérios explorados e dos locais com violações de direitos humanos — em 2024, foram mais de 901 conflitos e 2 milhões de pessoas

atingidas. Por fim, destacou o risco da Emenda nº 10 do Senado, que reintroduz a grande mineração nos dispositivos do PL do Licenciamento Ambiental.

- Denúncia da narrativa dominante na COP que trata a mineração como solução climática.
- Críticas ao PL 957/2024 que flexibilizam o Código de Mineração.
- Alerta para a Emenda 10 do SENADO que reintroduz atividades minerárias no PL do Licenciamento.
- Relatório de Conflitos da Mineração anual do Comitê: 2 milhões de pessoas atingidas, 901 conflitos em 2024.
- Reivindicação por uma agenda positiva e não violadora de direitos.

III. Observatório do Clima –Adriana Pinheiro

Adriana Pinheiro destacou a urgência em torno da votação do PL 2159/2021, que trata do licenciamento ambiental e que deve ser pautado até o dia 16 de julho. Apontou a articulação de uma carta coletiva em contraponto à posição do setor empresarial, favorável à aprovação do PL. A proposta do Observatório é reunir tanto organizações da sociedade civil quanto empresas do setor privado que se posicionam contra o projeto. Em caso de avanço da pauta, a judicialização está sendo considerada como estratégia de enfrentamento.

- Judicialização.
- Pauta urgente: PL 2159/2021 sobre Licenciamento Ambiental.
Proposta de carta coletiva contra a carta do setor empresarial.
- Estratégia de mobilização jurídica e articulação com empresas aliadas.

IV. Painel do Mar – Letícia Camargo

Letícia Camargo fez um alerta contundente sobre os impactos do chamado "PL da Devastação" para comunidades tradicionais da zona costeira e toda a população do entorno. Mencionou a atuação de redes como CONFREM, MPP, AFIMAPA e a Campanha Mar de Lutas, que vêm articulando repúdio à proposta. Destacou que o desmonte dos instrumentos de proteção ambiental afeta diretamente pescadores artesanais, comunidades tradicionais e ecossistemas frágeis como manguezais e rios de influência marítima. Entre os pontos mais críticos, ressaltou a transferência da competência da Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAAC) dos estados para os municípios — o que pode intensificar a especulação imobiliária, sem qualquer menção à existência dos povos tradicionais nem à agenda climática. Também abordou os riscos associados à exploração de petróleo e energia eólica offshore. Por fim, alertou para uma série de projetos em curso, como o PL 4749 (Lei da Pesca), a PEC 3 (privatização de praias), o PL 4444/2021 (destinação de 10% das praias brasileiras para uso privado) e o PL 2381/2021, que trata das Reservas Extrativistas Marinhas. Defendeu a produção e compartilhamento de estudos técnicos e cartas de posicionamento.

- Denúncia do desmonte das proteções à zona costeira.
- Críticas aos PLs que transferem competência de Licenciamento Ambiental Compulsório (LAC) para municípios.
- Preocupações com offshore de petróleo e eólicas, especulação e privatização de praias (PL 4444/2021).
- Destaque à Resex Marinha e à construção de posicionamento com base em estudos técnicos.

V. GT Clima - Sarah Darcie

Sarah apresentou a atuação da rede, composta por cerca de 50 organizações que recentemente finalizaram um processo de formação política e técnica. Apontaram como principais prioridades

a adaptação climática, as perdas e danos e a transição justa. Informaram que o grupo está elaborando um guia de incidência política para o parlamento brasileiro com foco na COP 30, com destaque para temas como os impactos do petróleo no desenvolvimento socioeconômico e o projeto de lei sobre deslocados climáticos (PL 1594/2024, de autoria da Dep. Erika Hilton). Reforçaram a necessidade de eventos e seminários que ampliem o debate público e a pressão institucional sobre essas agendas.

- Construção de **Guia Parlamentar para a COP 30**.
- Destaque para temas: perdas e danos, deslocados climáticos, petróleo e transição justa.

VI. SOS Mata Atlântica – Malu Ribeiro

Malu Ribeiro destacou os riscos do PL do Licenciamento Ambiental e solicitou orientações sobre como apresentar destaques ao projeto. Criticou dispositivos que enfraquecem a Lei dos Crimes Ambientais e os mecanismos de proteção da Mata Atlântica, incluindo áreas de mata primária e secundária. Apresentou uma lista de projetos que compõem o chamado “pacote da destruição”, como o PL 364/2019, que foi ampliado e agora afeta todos os biomas. Também alertou sobre iniciativas que visam alterar os limites de parques nacionais e modificar unidades de conservação, reduzindo drasticamente as áreas protegidas do país. Defendeu uma estratégia nacional e unificada de enfrentamento a esses retrocessos.

- Rejeição ao PL do Licenciamento.
- PL 364/2019 e outros que alteram limites de unidades de conservação.
- Defesa da Lei de Crimes Ambientais e proteção da Mata Atlântica.

VII. Instituto Arayara – Nicole Oliveira (Renata Prata)

A representante do Instituto Arayara criticou duramente o artigo 10, que introduz o conceito de licença autodeclaratória no processo de licenciamento ambiental, além de outros "jabutis" incluídos em projetos como os das eólicas. Apontou trechos ainda não votados que podem resultar no aumento significativo das contas de luz, especialmente os relacionados a carvão e gás, e reforçou a importância de manter os vetos presidenciais sobre esses pontos. Chamou atenção para isenções fiscais ao setor de carvão e questionou a oferta de blocos de exploração na região do deputado Ivan Valente, defendendo maior controle e responsabilidade na política energética nacional.

- Críticas à licença autodeclaratória (Art. 10).
- Alertas sobre isenções ao carvão, blocos ofertados e voto presidencial.
- Riscos de aumento na conta de luz por vetos pendentes.

VIII. Avaaz - Mauricio Guetta

Mauricio Guetta trouxe um panorama sobre as ameaças embutidas na proposta de licenciamento, como a presunção de boa-fé dos executores de empreendimentos, o que enfraquece a responsabilização ambiental. Apontou tentativas de retirar o debate da Câmara e levar para outras esferas institucionais, e criticou a emenda do senador Davi Alcolumbre por favorecer a corrupção e enfraquecer a Lei da Mata Atlântica. Destacou a atuação da Avaaz nas redes sociais e sua estratégia de mobilização de rua, especialmente em momentos decisivos como o da eventual sanção presidencial. Informou que, dentro do governo, já se cogita um voto parcial ao PL, seguido do envio de uma medida provisória para compensar os retrocessos. Finalizou defendendo o ajuizamento de ações diretas de constitucionalidade (ADIs) no STF e a judicialização de empreendimentos ambientais em todo o país.

- Risco de "presunção de boa-fé" no PL.
- Estratégia de judicialização via ADI.

- Potencial de mobilização nas redes e nas ruas para pressionar o voto presidencial.

IX. INESC – Rárisson Sampaio (Assessor Político) e Cássia Lopes (Assessora Política)

Os assessores do INESC destacaram que o PL do Licenciamento Ambiental é central em todos os debates da agenda socioambiental e apresenta um grave desvio em relação à função original do licenciamento. Criticaram a lógica de considerar o licenciamento como entrave e insegurança jurídica, quando na verdade ele é uma ferramenta de proteção coletiva. Reafirmaram a inconstitucionalidade do projeto e chamaram atenção para o porte dos empreendimentos que seriam beneficiados pelas mudanças. Apontaram também para os riscos da LAYC (Licença por Adesão e Compromisso), e denunciaram o atropelamento político em análises que deveriam ser técnicas. O INESC tem desenvolvido estudos sobre impactos socioambientais e financiamento de projetos, com o objetivo de subsidiar o enfrentamento legislativo.

- O PL do Licenciamento viola princípios constitucionais e técnicos.
- Defesa de análise técnica e salvaguardas socioambientais.
- Estudos de impacto e críticas ao modelo de financiamento atual.

X. FASE – Solidariedade e Educação – Julianna Malerba (Representa também a Rede Brasileira de Justiça Social - RBJA)

Julianna Malerba trouxe uma reflexão crítica sobre o aumento das desigualdades ambientais e o aprofundamento da injustiça climática. Alertou que os retrocessos legislativos têm gerado inúmeros conflitos e impactado especialmente a agricultura familiar e camponesa. Denunciou o acesso privilegiado do agronegócio às políticas públicas e a histórica concentração fundiária no país, destacando que a fronteira agrícola cresceu para 45 milhões de hectares em 2023. O uso excessivo de agrotóxicos e a redução de cultivos essenciais como arroz e feijão comprometem a segurança alimentar do Brasil. Defendeu o reconhecimento de legislações favoráveis às comunidades tradicionais e chamou atenção para o PL 4546/2021 que prevê a instalação de um mercado de outorgas (que representa ameaça) e, na contramão, para o PL 2922/2022, que visa garantir o acesso à água e ao saneamento como direito humano (uma boa proposta), que deve ser fortalecido. Finalizou sugerindo a construção da **Cúpula dos Povos na COP 30**, como contraponto à agenda oficial.

Alertou que, além de fortalecer a incidência coletiva para impedir o desmonte do licenciamento ambiental e o enfraquecimento dos instrumentos de controle e prevenção de danos — que devem ser aprimorados, não flexibilizados —, é essencial evidenciar as conexões com a questão fundiária. Destacou a urgência de atuar contra políticas e projetos de lei que facilitam a grilagem, anistiam crimes ambientais e atacam direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais, como o Marco Temporal, o PL 191/2020 (mineração em terras indígenas), o PL 2.963/2019 (aquisição de terras por estrangeiros) e o PL 510/2021, que dispensa vistorias em campo e permite validar documentos frágeis, abrindo caminho para novas ilegalidades.

- Aumento da desigualdade ambiental e injustiça climática.
- Concentração de políticas agrícolas no agronegócio, com impactos na agricultura familiar.
- Destaque ao PL 4546/2021 (ameaça) e ao PL 2922/2022 (saneamento) como contrapontos.

XI. APIB

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) repudia com veemência a recente manifestação do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que, ao votar pela possibilidade de regulamentar a mineração em terras indígenas, abre perigoso precedente para institucionalizar a violação dos nossos territórios. Ainda mais grave é a tentativa de tratar indenizações a invasores e ocupantes não indígenas como forma de “reparação”, invertendo os papéis históricos de violador e vítima.

Para a APIB, a reparação deve ser feita aos povos indígenas, que tiveram seus territórios usurpados, suas lideranças perseguidas e seus modos de vida ameaçados pela exploração econômica imposta pelo Estado e pelo capital. Não aceitaremos que os nossos direitos originários sejam relativizados por interesses econômicos travestidos de constitucionalidade, indenizar não é reparar.

Essa decisão se soma a um Congresso que avança com o maior pacote de retrocessos ambientais e climáticos da história recente: da flexibilização do licenciamento ambiental à reabertura da mineração predatória, tudo isso sob a falsa promessa de desenvolvimento. Reafirmamos: **não haverá justiça climática sem a proteção integral dos territórios indígenas**. Nossos corpos não são moeda de troca. Nossos territórios não estão à venda.

XII. MTST

XXXXXX

XIII. Encaminhamentos Políticos e Parlamentares

Chico Alencar apontou o esvaziamento das articulações entre os parlamentares progressistas e a ausência de força política do governo federal no enfrentamento das pautas regressivas. Alertou que a governabilidade por meio da institucionalidade está falhando. Tarcísio Motta defendeu articulação com partidos da base e estratégia política de destaques coordenados. Talíria Petrone reforçou a importância da **Comissão Geral da COP 30 no dia 16/07 às 11h**, convocando todas as entidades a compartilharem **relatórios, documentos e cartas** para fortalecer a ação parlamentar. Propôs ainda o retorno das reuniões periódicas da bancada socioambiental e uma reunião específica com assessorias para planejar os destaques ao PL do Licenciamento.

XIV. Encaminhamentos Propostos

1. Reunir todos os documentos (cartas, relatórios, estudos) citados pelas entidades até o dia **10/07**, compartilhamento com a bancada. (cobrar das entidades)
2. Realizar reunião técnica entre assessorias parlamentares para definir a **estratégia do único destaque que a bancada tem, e debater a defesa dos vetos prioritários do governo**.
3. Mapear os principais PLs da “pauta da destruição” e divulgar boletim público com informações acessíveis.

4. Engajar e mobilizar as organizações para o **Levante Nacional do dia 13/07**, articulando redes de apoio.
5. Articular ação direta com o governo e ministérios para **solicitar veto integral ao PL do Licenciamento** e à Emenda 10 do PL da Mineração.
6. Apoiar e fomentar **ações judiciais (ADIs)** contra projetos inconstitucionais e de retrocesso.
7. Apoiar o **Guia Parlamentar da Agenda Climática e Socioambiental para a COP 30**, com GT Clima, Carta de Belém, APIB, entre outros.
8. Reforçar a **Frente Parlamentar em Defesa dos Atingidos por Desastres Socioambientais**, realizar debates para colher assinaturas para a **PEC do Sistema Único de Proteção Socioambiental, que tem embutido o Financiamento Socioambiental**.
9. Participar massivamente da **Comissão Geral da COP 30 – 16 de julho às 10h**.
10. Propor ações de rua, digitais e institucionais de resistência e visibilidade.